

Modernização Urbana e Poder Político em Campos dos Goytacazes (1930-40)

Heloiza Manhães Alves

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia
Política LESCE-CCH-UENF

helo@uenf.br

“Campos precisa voltar ao seu esplendor de outrora, ao apogeu dos últimos tempos do Império. Para readquiri-lo, não deve cuidar apenas do aperfeiçoamento dos processos da lavoura açucareira. Precisa desenvolver também a policultura, de tal modo que o futuro da região não repouse num produto único, melhorando, ao mesmo tempo a exploração do solo, não somente quanto à técnica, mas ainda quanto à forma. O cooperativismo de produção, a parceria agrícola, a constituição da pequena propriedade média muito mais apta a realizar o equilíbrio social do que a grande propriedade, a industrialização crescente são outras tantas etapas do progresso a que estão fadadas as ricas margens do Baixo Paraíba, capazes de produzir tudo em excelentes condições, e dispondo do mais barato gênero de transporte, que é o fluvial-marítimo”
(Discurso de Getúlio Vargas em Campos - 23/07/1936)

A modernização urbana de Campos dos Goytacazes, entre os anos 1930 e 1940, se constituiu num empreendimento estrategicamente pensado pelas elites locais, com intenções muito específicas - a busca da afirmação de Campos como metrópole regional, centro político hegemônico no cenário fluminense. É recorrente o discurso de que a tradição de um passado de riqueza e esplendor e a participação nos acontecimentos econômicos, políticos, sócio-culturais da região Norte-Fluminense e do país qualificaria o município para o exercício da dominação no Estado do Rio de Janeiro. Assim que, o processo de mudanças no espaço urbano tinha por objetivo habilitar a cidade para abrigar a capital do Estado, ou mesmo para justificar a criação de um novo estado – estado da Paraíba do Sul – do qual seria a capital.

Ao indagar sobre o papel desempenhado pela elite campista¹ na modernização urbana de Campos, parto do conceito de elite, vista como um grupo que detém o poder econômico e

¹ Elite é identificada com os empresários locais e que ocupam cargos proeminentes na vida pública, seja na Associação Comercial, em instituições benemerentes, seja como vereadores, presidente da Câmara Municipal, deputados, chefes de partidos, senadores, ou como prefeitos e governadores de estado na história política de Campos dos Goytacazes. Além de que, o grupo dos empresários local, embora não participasse formalmente



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

político na sociedade, uma minoria que detém o poder em confronto com uma maioria que dele está privado. A dos governantes, cumpre todas as funções públicas, monopoliza o poder e goza das vantagens que o poder traz consigo; a dos governados, mais numerosa, é controlada e dirigida, de forma mais ou menos legal, mais ou menos arbitrária e violenta. O domínio se dá pelo fato da minoria ser organizada, composta de indivíduos altamente valorizados e de muita influência na sociedade em que vivem. (BOBBIO et. alii :1998, CARVALHO:1981)

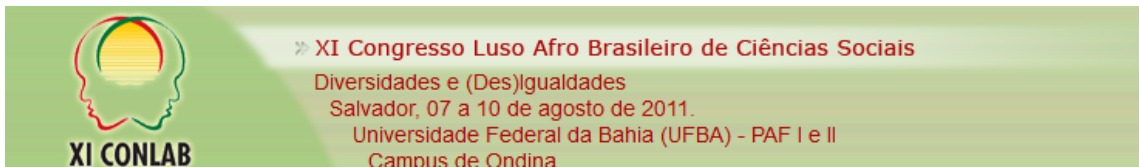
A relevância deste trabalho se fundamenta numa perspectiva teórico-metodológica diversa da maioria dos trabalhos sobre o município de Campos e região Norte-Fluminense, inscreve-se nas reflexões sobre reformas urbanas e poder político. Busco examinar as reformas urbanísticas em Campos e sua interação com a história política local, nos moldes do que vem propondo a renovação dos estudos sobre campo do político (Rémond, 1996; Ferreira, 1994; Alves, 1995). Sua importância social vincula-se ao fato de que esse tipo de estudo é fundamental para entendermos as estratégias dos setores dirigentes em prol do desenvolvimento da região nos dias de hoje.

Portanto, as ações políticas da elite dominante na Câmara Municipal e no poder executivo almejavam a consagração da cidade moderna com condições excepcionais de vida cultural, social e econômica demarcadora de uma sociedade consagrada pelo estilo e distinção no cenário fluminense, (BOURDIEU:2011) servindo de instrumento para alcançar espaços de poder dentro do Estado do Rio de Janeiro, no período em questão. Tal projeto garantiria uma projeção política expressiva, recuperando, na visão dessa elite, uma “Idade do Ouro”², marcada pelo apogeu político econômico da região.

-A cidade moderna

das decisões políticas na Câmara Municipal, exerceram grande influência na política por sua vinculação com os próprios políticos no poder devido aos laços de parentesco e amizade.

² Idade do Ouro é um conceito utilizado por Raoul Girardet em seu estudo sobre o imaginário político em Mitos e Mitologias Políticas. Tal categorização é por mim utilizada no entendimento das características da sociedade campista, o desenvolvimento da modernidade urbana se coaduna com as reformas, porém o referencial das elites é um passado marcado pela opulência, que perdido, era preciso recuperar. Cf. Alves (2009). Marieta de Moraes Ferreira utiliza esta categoria de análise para explicitar as resistências da elite agrária fluminense às reformas, o referencial é um passado de riqueza que é preciso recuperar. Ver. Ferreira (1994).



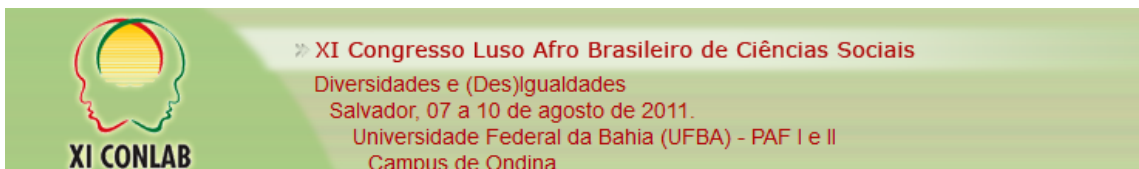
Busco analisar o espaço urbano de Campos dentro do conceito de modernidade dominante no séculos XIX e XX. O projeto de urbanização via consagração da técnica sanitaria/higienista elegia a remodelação e embelezamento da cidade como meio de integração ao mundo civilizado. Dotar a cidade de artefatos do progresso era o objetivo de uma elite econômica e política que buscava projetar-se na região e na vida política estadual e quiçá nacional.

Mas o eu era ser moderno? Segundo Berman “tentar identificar timbres e ritmos peculiares da modernidade do século XIX é observar a nova paisagem, altamente desenvolvida, diferenciada e dinâmica, na qual tem lugar a experiência moderna. Trata-se de uma paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas zonas industriais; prolíficas cidades que cresceram do dia para a noite, quase sempre com aterradoras consequências para o ser humano; jornais diários, telégrafos, telefones e outros instrumentos de *media*,(BERMAN:1986 p.18)

Inserida nos princípios da modernidade, dominante na 2ª metade do século XIX na Europa, Campos vai exibir um progresso incomum, apresentando uma imagem urbana singular, diferenciada da maioria dos centros urbanos fluminenses, notadamente pela expansão e transformação na sua estética espacial.

Debruçada sobre o rio Paraíba, a cidade de Campos, em meio a uma fértil planície, possui uma feição toda particular, já na primeira metade do século XIX. Circundada por inúmeras chácaras e canaviais não se observando uma fronteira delimitadora dos espaços urbano e rural, e, sim um entrelaçamento. Há dois pólos de irradiação da urbe: a Praça São Salvador – centro da vida social, comercial, política e cultural – e o rio Paraíba do Sul que corta a cidade, servindo de via de escoamento. (ALVES, 2009).

Constituíria-se numa das mais antigas zonas de ocupação da Província e atual Estado do Rio de Janeiro e uma das mais prósperas. Desde o Império, a cidade se destaca por representar um importante pólo regional, devido ao desenvolvimento da agricultura, indústria e comércio, atraindo a atenção de viajantes que passavam pela região. Em 1860, J.I.Tchudi relata “ As ruas principais correm paralelas ao rio e as lojas, elegantemente instaladas e em grande número, permitem avaliar o bem estar da população. Entre as residências, muitas se destacam pelo gosto da construção e a solidez.(...) A vida que reina em a cidade e animação das ruas são excepcionais em relação às outras cidades provincianas do Brasil.. Os ricos fazendeiros das redondezas



possuem geralmente suas residências particulares e armazéns na cidade, para os seus produtos de exportação.” (VON TSCHUDI, 1980, p.22-23).

A prosperidade do comércio levou progressivamente a substituição das hidrovias pelas ferrovias, permitindo o escoamento mais rápido e eficiente da produção³. Já nesta época, a nobreza rural reivindica novos cenários, casarões suntuosos, expressão de um mundo urbano moderno.

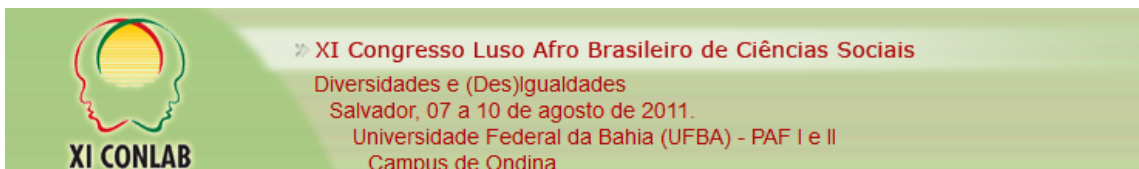
Destarte, a singularidade urbana, configurada em um mundo agrário e aristocrático, já se evidencia desde 1835, momento em que a Vila de São Salvador é elevada à condição de cidade, em decorrência da prosperidade econômica com a produção de açúcar.⁴ As engenhocas foram desaparecendo gradativamente dando lugar aos engenhos, sendo que os antigos e muitos engenhos vão sendo substituídos por modernas unidades produtivas - os engenhos centrais e as usinas - com tecnologia inglesa e francesa; é o domínio da máquina e de novos capitais. Na década de 1880, Campos possuía 32 estabelecimentos de ensino, uma biblioteca com cerca de 6000 volumes, 4 livrarias, 2 teatros, 3 lojas maçônicas, 3 associações musicais, além da Sociedade União Artística Beneficente fomentadora das atividades culturais; que em 1870 fora responsável pela organização de uma exposição pública dos produtos artísticos, industriais, comerciais e agrícolas do município, sendo a primeira no gênero em todo o Império.

Tinha uma imprensa combativa, atuando nos acontecimentos políticos e sociais do município. Circulava em 1880 os jornais: O Telégrafo, a Gazeta do Distrito, O Jornal de Domingo, O Combate, O Contemporâneo, o Correio da Tarde, O Comércio Campista, o Diário da Manhã, o Diário Popular, A Evolução, a Gazeta do Povo, o Jornal da Província, o Jornal de Campos, o Vinte e Cinco de Março, a Cidade de Campos, o Monitor Campista, fundado em 1840, se constituindo no 3º jornal mais antigo do país.

As mudanças se processaram continuamente no espaço urbano, sendo pautadas pela construção dos símbolos da modernidade. Da reforma da muralha do Paraíba com a vinda do Engenheiro

³ É construída a estrada de ferro Carangola, ligando Campos às localidades situadas à margem esquerda do rio Paraíba; S. Sebastião, ligando o núcleo urbano a baixada dos Goytacazes e Campos-Macaé. Os ramais de entroncamento ligavam-se aos engenhos centrais e usinas. Tais ferrovias foram construídas às expensas dos proprietários de terras e negociantes, através de sociedades por ações.

⁴ Em 1835 por conta do processo de criação da Província do Rio de Janeiro que se desvinculou da Corte (Município Neutro), o presidente da Província, Joaquim José Rodrigues Torres eleva a Vila de São Salvador à condição de cidade. Ver: Alves (1995) e Freitas (2006).



Bellegarde⁵ ao projeto do Saturnino de Brito, com o traçado de um novo perfil urbanístico para a cidade, o progresso se estendia à esfera do político e da cultura. As brilhantes fachadas, decoração primorosa, o estar na última moda, a última máquina. O fim de ruas acanhadas, dando lugar a largas avenidas.

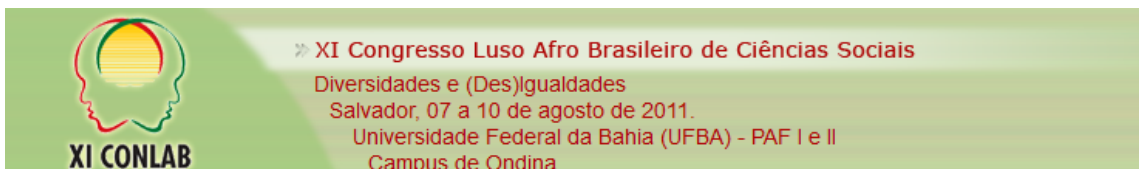
A cidade abria-se ao deslumbramento do luxo, da grandiosidade de prédios. Cidade reconstruída e remodelada continuamente, condição indispensável para o exercício da dominação política. Já não cabiam os casebres, ruas estreitas, vendedores ambulantes e algazaras dos moleques. Recortar a geografia urbana, construindo moradias que atendessem à nova ordem era a preocupação das elites.

Portanto, considero a modernidade como emblemática no processo de transformações urbanas. Com um pé na tradição e um olhar na modernidade, a elite buscou constantemente imprimir ao município melhorias, notadamente no seu centro urbano, no boulevard do comércio e da imprensa, cartão postal do cosmopolitismo, do novo, do que é ser moderno. “As galerias são centros comerciais de mercadorias de luxo. Em sua decoração, a arte põe-se a serviço do comerciante. Os contemporâneos não se cansam de admirá-las. Por longo tempo continuaram a ser um local de atração para os forasteiros..” (BENJAMIM In KOTHE:1991p.15)

Destarte, a reforma urbana como projeto político se evidenciou em Campos em diversos momentos de sua história. Em 1855, a elite local defende o projeto de autonomia política, através da Câmara Municipal de Campos dirige uma representação ao Senado do Império defendendo a transformação da Comarca de Campos numa nova unidade administrativa, com a anexação de alguns municípios próximos, pertencentes às Províncias de Minas Gerais e Espírito Santo, A nova província se chamaria Província dos Campos dos Goitacases⁶ (SOFFIATI, 1996).

⁵ Podemos considerar que o processo de constituição do modelo de cidade moderna data de 1837 quando por pedido da Câmara é enviado o Engenheiro Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde para dar início às obras de melhorias e o saneamento urbano. A cidade pestilenta gradativamente vai desaparecendo para dar lugar a vitrine da modernidade.

⁶ Em 11 de abril de 1855, o vereador José Fernandes da Costa Pereira requereu a nomeação de uma comissão que tinha por objetivo reunir dados estatísticos e topográficos que embasariam o pedido de criação de uma nova província a ser encaminhada ao Poder Central. A nova província receberia o nome de Província dos Campos dos Goitacases, incorporando o município de Itapemirim, da Província do Espírito Santo, e alguns municípios do Pomba, pertencentes a Minas Gerais. Artigo “Província de Goytacazes” (A. E., Monitor Campista de 27 de março de 1855 apud Soffiati: 1996).



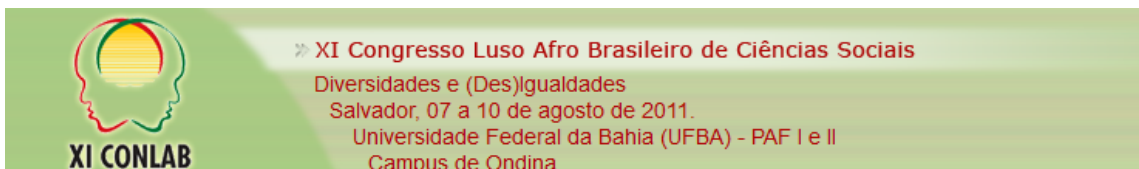
No início do XX a questão da modernidade urbana toma um caráter mais contundente. Os planos de urbanização expressavam o projeto político das elites: o da construção das condições para Campos sediar a capital do Estado do Rio de Janeiro, patamar para o controle da política estadual. A recorrência da busca da projeção política, via a defesa da capitalidade para Campos ou a efetivação do projeto de autonomia administrativa no cenário da federação, demarcou os interesses das elites locais em assegurar seu domínio econômico e político no nível regional e estadual. No imaginário da elite, a riqueza e fausto a credenciava ao exercício de um papel mais proeminente na política fluminense.

Em 1890, este desejo é expresso de forma inequívoca, é o momento em que se iniciam os debates acerca da mudança da capital, de Niterói para outro município fluminense. A Associação Comercial como entidade representativa dos interesses da elite e com o apoio dos principais jornais – A República, A Gazeta do Povo e o Monitor Campista – enviou uma representação à Assembléia Legislativa do Estado do Rio (ALERJ) considerando a conveniência e vantagens da transferência da capital do estado para Campos. A campanha foi intensa, aglutinando as lideranças políticas mais atuantes como Nilo Peçanha e o Barão de Miracema. No entanto, as pretensões da elite campista não se concretizaram. O projeto foi derrotado em 1894. Petrópolis vai ser elevada à condição de capital pelo presidente do estado.⁷

Entretanto, se a elite não obteve a capitalidade para Campos, como patamar para o alcance do domínio político fluminense na década de 1890, tal projeto não se esgotou. Ao contrário, persistiu no momento de ampla reflexão sobre o processo de implementação de políticas públicas relativas a reformas urbanas modernizadoras. O que estava em pauta era a idéia de progresso o que significava acompanhar os padrões e ritmos da economia europeia, onde os avanços da ciência e da tecnologia exigiam a implantação de novos padrões funcionais e expressivos, adequados à civilização. Novos tempos demandavam um novo cenário. O progresso era a tônica. (SEVCENKO: 1989).

Neste contexto é que entendemos o projeto de reforma urbana para Campos, em 1902, por Saturnino de Brito. Projeto este a pedido de Benedito Pereira Nunes, médico, integrante da

⁷A discussão sobre a transferência da capital do estado de Niterói para o interior tinha como argumentação de que era preciso afastar a política fluminense da contendas e proximidades da capital do país. A promoção da interiorização da capital do estado do Rio de Janeiro veio a se constituir em instrumento de disputa dos grupos políticos fluminenses em busca de afirmação. Ver: Ferreira (1997) e Alves (2009).



Associação Comercial e presidente da Câmara Municipal e um expoente das representações ideológicas do início do século XX - os caminhos do progresso e da modernização estética urbana tinham como fio condutor uma reforma sanitária e os símbolos da civilização. Sanear a cidade, garantir a ordem material e moral, reformar o mercado de peixes e alimentos, controlar as classes populares, o poder público garantia os interesses da elite local. A reforma urbana viria a espelhar o sonho da *cidade moderna*, possuidora de credenciais que a legitimavam como centro da política fluminense⁸ (ALVES: 2009).

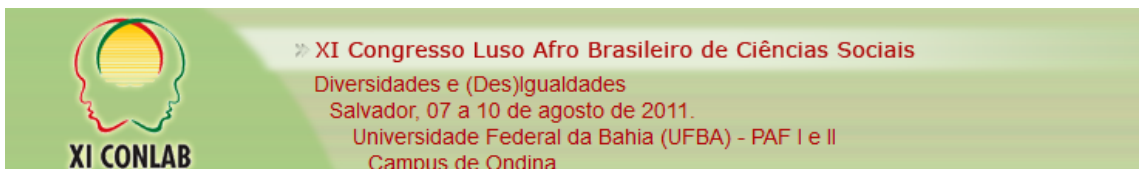
-os anos 30: a nova configuração política e o projeto de capitalidade

A consciência de uma identidade regional alicerçada no fausto econômico e na modernidade urbana é invocada pela elite de Campos, em diversos momentos da sua história. O passado é revisitado e revisto como estratégia para autorizar a originalidade do futuro. (SEVCENKO:1998) A remodelação urbana constitui o foco por excelência da atenção da elite, desde o Império que perpassa pela primeira república e chega aos anos 1930/40. A estratégia de projeção de poder político em nível regional e estadual se dá numa nova configuração, um momento de ruptura política e institucional, não só pela ascensão de novos atores políticos, como também pelo papel mais decisivo do Estado nas questões econômicas e sociais. (FAUSTO:1989).

A década de 1920 se constituiu num momento decisivo para os rumos da agroindústria açucareira em Campos. A produção, que sempre havia sido majoritariamente destinada ao mercado interno, passaria a disputar com as outras regiões produtoras do país, notadamente com o açúcar de Pernambuco, resultando assim a perda da posição privilegiada. Em 1922, a situação econômica do município de Campos foi marcada pela retração na venda do açúcar. A política especulativa, dominante nos anos anteriores, cede lugar a falências e concordatas em bancos e casas comissárias. Das 32 usinas existentes, restaram 13, devido ao fechamento e/ou associação de empresas por ações congregando os comissários de açúcar e usineiros.⁹

⁸ Com base nos princípios modernos de urbanismo e higiene, Saturnino de Brito iniciou o projeto de dotar a cidade da planta cadastral e os melhoramentos essenciais ao espaço urbano tendo em vista sua expansão (Alves, 1995, p.109-125).

⁹ No processo de concentração fundiária observamos a absorção de terras dos engenhos devido ao endividamento, sendo que alguns foram fechados. Muitos proprietários desses engenhos venderam suas terras às usinas. Porém as pequenas usinas foram gradativamente sendo absorvidas, resultando na concentração da



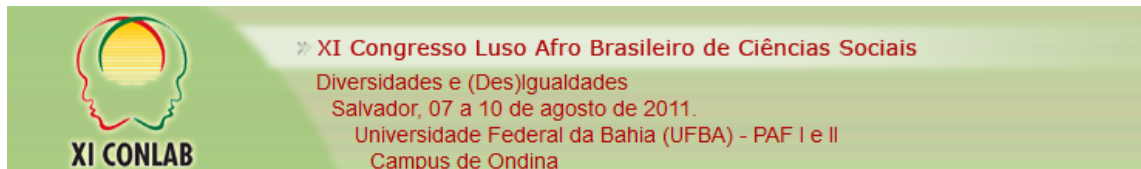
Os produtores diante da crise vão buscar auxílio no poder central. Os efeitos advindos da baixa de preço do produto provocaram uma ampla discussão sobre a necessidade da intervenção do Estado, como também a aplicação de diminuição dos impostos e de uma política de crédito agrícola (ALVES: 2009).

Em 1922, é fundado o Sindicato Agrícola de Campos, reunindo usineiros e fornecedores, e tinha por proposta estabelecer as bases para a ação em defesa da produção açucareira, através do apoio do governo estadual e federal. Para enfrentar as baixas dos preços do açúcar, determinados pelos comissários, plantadores e usineiros se reuniram na Associação Comercial, em julho de 1923, buscando soluções possíveis em defesa da produção. Primeiramente, garantir a concentração da produção de Campos e o estabelecimento do preço do saco de açúcar a ser pago pelas firmas comissárias, a Meirelles Zamith, Cia Ltda e a Brazilian Warrants (PRADO: 2002). O objetivo era fazer frente às firmas comissárias que detinham o controle da venda do produto no mercado.

A questão da preponderância do capital comercial, via monopolização dos preços pelas firmas comissárias sobre a agroindústria açucareira, perpassa os anos 1926 e 27, levando o Sindicato a tentativas de defesa do produto. Como analisa Prado (2002, p.72), “A questão era, porém bastante complexa. Fornecedores de cana e usineiros eram elos integrantes de um mesmo processo produtivo. Aos usineiros interessava, no entanto, o lucro imediato que só lhes podia ser fornecido pelos comerciantes. Quando ocorria a baixa do açúcar, com a conseqüente diminuição dos lucros, havia o repasse ao carro de canas, de modo que se tornava difícil a reunião de fornecedores com usineiros. Sem ela ficariam ambos, na dependência das grandes casas que comercializavam o açúcar. A questão era política, sem dúvida, mas em plano menor do que o proposto pelo presidente do Sindicato. Tratava-se menos de eleger vereadores ou deputados comprometidos com a lavoura e mais uma tomada de posição política por parte de todo o setor açucareiro” .

Nos últimos anos da década de 20, ocorreram tentativas de desenvolvimento da lavoura açucareira, tanto a partir de garantia de uma política de empréstimos para financiar a produção, quanto da regulamentação das exportações. O plano de defesa do açúcar não chega a seu termo, os resultados não são os esperados, a crise de 1929 desarticulou a produção nacional, com reflexos na agroindústria de Campos. A produção não tinha condições de escoamento, o consumo

propriedade. Se em 1920, as usinas Saturnino Braga e Limão se encontravam em pleno funcionamento, em 1929 já não existiam (Prado, 2002).



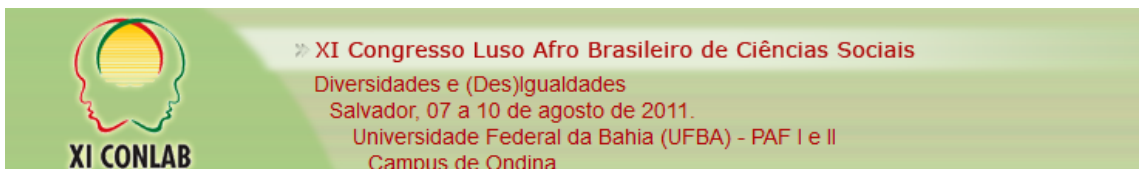
interno decaía sensivelmente. Além do que, as tradicionais regiões produtoras de açúcar vão sofrer com o impacto da crise da cafeicultura em 1929, à medida que os cafeicultores paulistas gradativamente deslocam os seus investimentos para o setor açucareiro, dinamizando a produção pelo uso de tecnologia, como forma de diminuir seus prejuízos.

No início de 1930, a situação era alarmante, as metas propostas no Plano de Defesa do Açúcar, plano este resultante do Convênio Açucareiro do Recife de 1928, não se efetivaram; as negociações com o Banco do Brasil em busca de financiamento como garantia da safra vindoura inicialmente pela Cooperativa Açucareira e depois pelos próprios usineiros, delineia a situação desfavorável da agroindústria. Junto à crise, assiste-se ao fim do modelo político institucional inaugurado em 1889, o modelo de dominação política oligárquica, com base no domínio das oligarquias mineira e paulista, chegava ao fim. Uma nova conjugação de forças se instituía no país (FAUSTO: 1989; PRADO:2002). O movimento de 30 tem repercussões em Campos e revela o caráter da economia agroindustrial açucareira e seus percalços na região.

O Estado intervencionista no plano econômico se reflete na produção e consumo do açúcar pela criação do Instituto do Açúcar e do Álcool e dá novo significado ao parque açucareiro de Campos. *“As ações resultaram na estabilidade, ampliação e concentração das usinas da mesma forma que estimularam a concentração de grandes extensões de terra nas mãos das indústrias açucareiras”* (LEWIN, RIBEIRO, SILVA: 2005, p. 26).

O movimento de 30 contou com ampla participação de Campos em razão dos nilistas (partidários de Nilo Peçanha) terem simpatia ao tenentismo. Figuras como Juarez Távora e o brigadeiro Eduardo Gomes tiveram o apoio dos adesistas do movimento, como César Tinoco, Dr. Cardoso de Melo, Godofredo Tinoco, Gilberto Siqueira, além do usineiro Francisco Ribeiro da Motta Vasconcellos – o cel Chico Motta. A participação do Godofredo Tinoco foi expressiva por suas ações. Os conflitos entre os defensores da revolução e os adeptos do governo foram intensos – jornais que se colocaram a favor do governo foram empastelados, além de ocorrerem discursos inflamados na Associação Comercial e na praça principal da cidade, a Praça S. Salvador (RODRIGUES: 1991) e fez ressurgir a idéia “Campos-capital”. O jornal *A Notícia* publica editorial considerando que o momento era propício para que o velho sonho se concretizasse.

Lamego Filho, campista, intelectual afinado as elites por sua origem de classe, com ativa participação política em Campos, foi presidente da Associação Comercial em 1926, publica, em



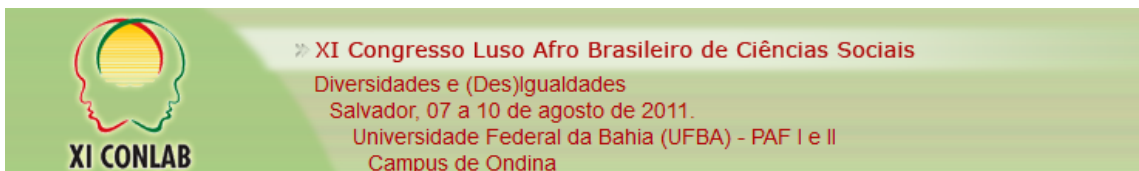
novembro de 1930, o manifesto *Campos Capital do Estado do Rio de Janeiro*, em que tece uma série de considerações defendendo arduamente a mudança da capital do Estado para Campos, em função do progresso da cidade. Segundo ele, inegavelmente Campos é que possuía todas as credenciais para sediar a capital fluminense. Primeiro, pelo grande número de habitantes (250.000) e extensas vias férreas. Era a capital do trabalho, centro das forças econômicas de uma rica região agrícola e com seu dinamismo comercial-financeiro constituía o principal centro econômico, político, cultural do Norte Fluminense. Para ele, “o Estado do Rio tomaria um novo impulso com o desvio de sua sede, porque é no norte que palpita ainda em toda a sua tri-secular grandeza a alma fluminense” (LAMEGO FILHO: 1930).

O autor argumentava que as rendas federais e estaduais, na sua grande maioria, provenientes do desenvolvimento econômico da região, não retornavam sob a forma de melhorias para o município. Os recursos governamentais não eram investidos em estradas, calçamento de ruas, iluminação, melhorias nas vias de comunicação, já que estas estavam restritas ao rio Paraíba, reivindicações estas das elites.

Em 1931, o jornal *Folha do Comércio*, em matéria intitulada *Campos-capital*, de 27 de janeiro, teceu comentários sobre memorial dirigido pelo Rotary a Plínio Casado, interventor federal no Estado do Rio de Janeiro, solicitando a mudança da capital para Campos. Em fevereiro do mesmo ano, Leovigildo Leal em artigo na *Folha do Comércio* voltou a discutir o assunto.

Observa-se neste momento toda uma discussão em torno das comemorações do centenário da cidade, em 1935. A elite defende uma política de melhoramentos urbanos e obras públicas que refletissem a cidade moderna. O progresso instituía uma nova paisagem urbana. Expressão significativa desse ideário é a inauguração do Fórum Nilo Peçanha e o lançamento do livro *Cyclo Áureo* de Horácio Sousa, resgate da memória, ordenação das lembranças, narrativa dos acontecimentos. (LE GOFF:1990)

A cidade moderna pautava-se por amplas avenidas ruas calçadas e arborizadas, praças ajardinadas, palacetes com ricos ornamentos, espaços de lazer, cafés e teatros como expressão da sociabilidade. Expressivo do deslumbramento da modernidade foi a construção da rica moradia



de Augusto Faria, representante da elite campista com expressão política e grande inserção social na cidade, sua residência veio a ser sede do vice-consulado português no município.¹⁰

Campos, assim chega aos anos 40 portadora de imagens simbólicas da modernidade; uma vida social e cultural expressiva, definidora da sua importância no cenário fluminense. O teatro Trianon¹¹ funcionou intensamente para além do cinema que passara a funcionar nos horários da tarde – o Coliseu, Capitólio, S.José, S.Salvador – e representava a expressão grandiloquente do fausto e requinte da sociedade campista.. Além de sediar grandes temporadas teatrais; aqui estiveram Henriete Morineau, o veterano Manuel Pêra e a companhia Delacosta, a companhia Dulcina-Odilon, e tantos outros era passagem obrigatória de grandes espetáculos de música. O teatro por sua imponência conferia à cidade um ar de civilização. O “glamour” das festas e a frequência ao Trianon irradiavam pelos municípios vizinhos e era demonstrativo da riqueza e opulência da urbe (RODRIGUES: 1988).

O projeto Campos-capital é retomado e reforçado, momento ímpar para o retorno do acalantado sonho, período de grandes mudanças na conjuntura política e econômica nacional, com a ascensão ao poder de Getúlio Vargas e a conseqüente instalação do Estado Novo (FAUSTO: 1995). Processo este que provocou grandes transformações no cenário urbano de Campos e da região Norte Fluminense, notadamente quando da interventoria de Amaral Peixoto no governo do estado, que tinha grande interesse em solucionar os problemas de Campos, como a luz elétrica e a ligação rodoviária da cidade com Niterói e Rio de Janeiro.¹²

As mudanças no espaço urbano assumem particular significado durante a gestão do prefeito Salo Brand (1942/45), engenheiro que exercera a direção do Departamento das Municipalidades, órgão administrativo criado pelo Estado Novo. Com o apoio da Associação Comercial, do

¹⁰ Augusto Faria era sócio junto com seu irmão Adriano Faria de uma das mais tradicionais casas comerciais da cidade – a Machado Viana –fazia parte da Associação Comercial de Campos, presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência, sua residência era palco de encontros políticos e grandes festas da colônia portuguesa.(Alves:2009, Soares:2010)

¹¹ Construído em 1919 sendo inaugurado em 1921 pelo empresário Francisco de Paula Carneiro, o popular capitão Carneirinho, o teatro Trianon possuía um palco de 29m por 11m, contendo 554 poltronas, 156 frisas, 290 balcões, 29 camarotes e 610 galerias bastante adequado a espetáculos de óperas, operetas, balés, concertos e orquestras sinfônicas. Era um belíssimo teatro que teve grande movimentação e esplendor na década de 1940, acabou sendo demolido em 1976. (Rodrigues:1988, Rangel Júnior:1992)

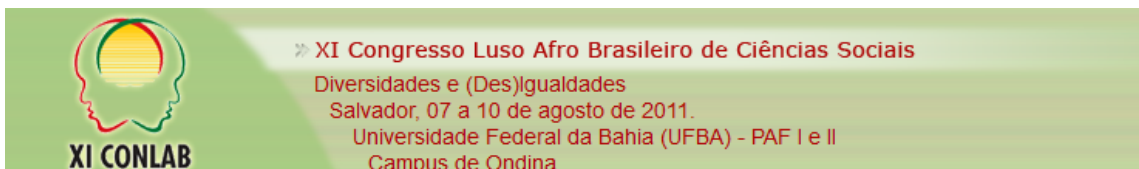
¹² Em 28 de maio de 1943 é inaugurada a rodovia Niterói -Campos com um banquete de 600 talheres no campo do Americano à rua Barão de Miracema, presentes prefeitos dos municípios vizinhos, a elite campista e uma grande comitiva com Amaral Peixoto e Getúlio Vargas que definiu em discurso Campos como espelho do Brasil. (Rodrigues:1988)



Sindicato dos Usineiros e da imprensa propõe um projeto de remodelação urbana para Campos. Projeto este encomendado ao escritório Coimbra Bueno, em 1942, além do Plano Diretor para a cidade em 1944. A reforma urbanística proposta – o “Plano Agache”- era bastante ousado, constando à construção de uma avenida, na Beira Rio, de 40m de largura com três pistas, sendo uma de paralelepípedos, para o tráfego pesado; duas asfaltadas para automóveis; e para pedestres dois ‘passeios’, de quatro metros de largura cada um. O perfil da nova avenida tinha semelhanças ao da Praia do Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro. Objetivando discutir o plano de obras e obter recursos financeiros o prefeito, no dia 21 de junho de 1942, instala o Congresso de Prefeitos do Norte Fluminense, sob a presidência do Interventor Amaral Peixoto, estando presentes oito prefeitos de cidades vizinhas, além do Secretário de Educação e de Agricultura do Estado e o Diretor do Departamento das Municipalidades. Conta com total apoio do Governo Estadual, o que resultava em condições para “a prosperidade de nossas indústrias, a melhoria geral dos serviços públicos, a realização das há tanto esperadas vias de comunicação, os bons preços dos mercados externos para os produtos campistas” (Revista Planície, 1943).

Em 1946, a conjuntura política mostrava-se favorável para Campos, quando da instalação da Constituinte de 1946, fator que reacendeu na elite campista o desejo da cidade sediar a capital do estado. É relançada a discussão sobre a necessidade de interiorização da capital fluminense, a autonomia estadual encontrava-se comprometida pela proximidade do Palácio do Catete “a contaminação política de Niterói pelos conflitos permanentes existentes na cidade do Rio de Janeiro, bem como a influência da política federal nos negócios fluminenses, fruto da proximidade das duas capitais, foi mais uma vez retirada dos anais da Alerj, para justificar a transferência da capital para Campos” (FERREIRA, 1997). Petrópolis vai mais uma vez se candidatar à sede do governo estadual, reforçando os argumentos dos que consideravam Niterói com condições inapropriadas para sediar o governo estadual. No entanto, com a aprovação da constituição estadual em 1947 estava garantida a Niterói o estatuto de capital fluminense. Mais uma vez, o sonho acalentado por Campos de se tornar capital do estado se desvanecia.

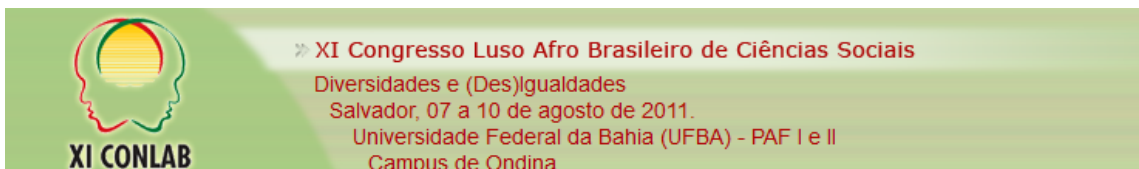
Assim, a questão da modernidade urbana em Campos dos Goytacazes é incessantemente discutida, em diversos contextos políticos, obtendo diferentes graus de efetivação. A construção da cidade moderna é vista como representação simbólica pelas lideranças políticas municipais,



que buscam afirmar suas máquinas eleitorais e seus arranjos políticos no plano regional/estadual, em defesa do desenvolvimento da região Norte Fluminense.

Referências Bibliográficas:

- ALVES, Heloiza Manhães. A Sultana do Paraíba Reformas Urbanas e poder político em Campos dos Goytacazes (1890/1930). Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2009
- BERMAN, Marshall. Tudo que é Sólido Desmancha no Ar. A aventura da modernidade. S. Paulo, Companhia das Letras, 1986
- BOBBIO, Norberto et alli. Dicionário de Política. Brasília/UNB, v.I e II, 1998
- BOURDIEU, Pierre. A Distinção crítica social do julgamento. Porto Alegre, Ed. Zouk, 2011
- CARVALHO, José Murilo. A Construção da Ordem. Brasília, UNB, 1981
- FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na primeira república (1889-1930). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ - Edições Tempo Brasileiro, 1994.
- GRYNSZPAN, Mario. Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- HARDMAN, F. F. Engenheiros, Anarquistas, Literatos: Sinais da Modernidade No Brasil. In: Setor de Filologia FCRB. (Org.). Sobre o Pré-Modernismo. 1 ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- _____ Trem Fantasma. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- HEINZ, Flávio M. (Org). Por outra história das elites. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- HOBSBAWN, Eric J. A era do capital 1848-1875. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____ & RANGER Terence (Org.). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- KOTHE, Flavio R. (org) Walter Benjamin Sociologia. S. Paulo, Ed. Ática, 1991
- LAMEGO FILHO. A Planície do Solar e da Senzala. Rio de Janeiro: Livraria Católica, 1934.
- _____. Campos Capital do Estado do Rio de Janeiro. Nov/1930. s/ed.
- LE GOFF, Jacques. História e Memória. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1990.



LEWIN, Helena (Coord.); RIBEIRO, Ana Paula Alves & SILVA, Liliane Sousa. Uma Nova Abordagem da Questão da Terra no Brasil. O Caso do MST em Campos dos Goytacazes. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

LINHARES, Raul & PAES, Wilson. Campos Uma Administração Programada. Governo Raul Linhares Wilson Paes 1977/1981.

MARTINS, Ismênia de Lima . Niterói Histórico: a Historiografia da cidade. In: Ismênia de Lima Martins & Paulo Knauss. (org.). Cidade Múltipla - Temas de História de Niterói. Niterói: Niterói Livros, 1997.

MAYER, J. Arno. A Força da Tradição. S.Paulo: Cia. das Letras, 1987.

MENDONÇA, Sonia. Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

MUMFORD, Lewis. A cidade na história. Suas origens, transformações e perspectivas. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

NEVES, Delma Pessanha. Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista. V. 1 e 2. Niterói: EDUFF, 1997.

PENNA, Lincoln de Abreu. República Brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PRADO, Maria Emília. Nas Terras dos Canaviais. Campos dos Goytacazes. 1920/1935. Rio de Janeiro: Col. Estudos Políticos e Culturais/IFCH/UERJ, 2002.

RANGEL JUNIOR, Vicente Marins. Recortes da Memória Musical de Campos (1939-1965). Itaperuna, RJ: Damadá Artes Gráficas, 1992.

RÈMOND, Rene. Por uma História Política. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

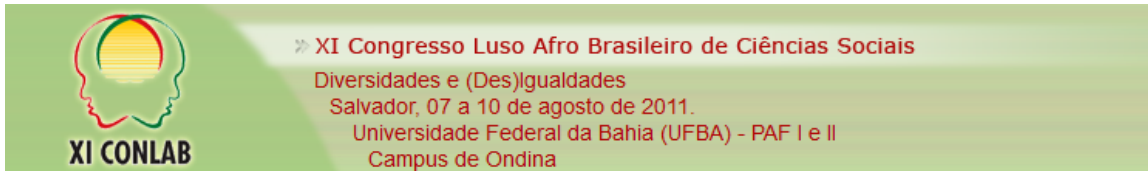
RODRIGUES, Hervé Salgado. Campos na Taba dos Goytacazes. Série Municípios. Niterói: Imprensa Nacional, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como Missão. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Orfeu Exaltado na Metrópole São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20. SP, Cia das Letras, 1992

SOARES, Paula Martins. Projeto de Preservação e Revitalização da casa Brasil-Portugal. Monog. FAFIC, 2010

SOFFIATI, Aristides Arthur. Bases históricas da economia regional e do regionalismo no Norte-Fluminense. Campos dos Goytacazes/RJ: 1997.



_____ . A ressurreição dos regionalismos fluminenses. Jornal A Folha da Manhã: 17/04/2000

TSCHUDI, J.J. Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e S. Paulo. Ed. Itatiaia, 1980.